

## A DESCENTRALIZAÇÃO DO ENSINO

Deve o ensino primário e médio-profissional ser organizado em forma de tipo único ou, pelo contrário, adaptar-se aos diferentes meios e interesses diversos dos respectivos agregados populacionais? A questão é complexa, dada a heterogeneidade das populações do império português, que se estende, como é sabido, da Europa à África, passando pelas ilhas do Atlântico até ao extremo oriental da Ásia. E o problema complica-se extraordinariamente, quando, no plano de aproveitamento cultural da população de origem portuguesa, se incluem os agregados que se fixaram em países estrangeiros e suas colónias, como é o caso de grande número de portugueses estabelecidos no Norte de África, na América do Sul e na América do Norte.

Esta heterogeneidade populacional é argumento mais do que suficiente para invalidar as razões a favor de um tipo único de ensino primário e médio-profissional. Mas, se abstrairmos do aspecto colonial do problema e da instrução das populações de origem portuguesa em soberania estrangeira, e nos limitarmos à parte continental, há também fortes razões que podem ser invocadas a favor de um ensino múltiplo e adaptado aos diferentes e distintos interesses de ordem económica e social das regiões diferenciadas que constituem o País.

A primeira diferenciação, como resultante imediata das condições de vida relativamente ao trabalho, implica a criação de escolas de tipo rural, tão bem adaptadas ao meio como as escolas citadinas. Pensou-se, seguindo certas correntes ideológicas do século XIX, que o nível mental das populações rurais devia ser elevado pela influência das escolas de tipo citadino, e daí o projecto de criação de liceus municipais em todos os centros que possuíssem condições de vida económica para os manter. Com o tempo, notou-se que, em vez da elevação do nível cultural das respectivas populações, essas escolas agiam como factores de desagregação na comunidade regional e contribuíam para o desinteresse pela terra e pelas actividades locais.

A escola citadina em meio agrário, piscatório ou industrial, criava um falso desgosto pela indústria, pela pesca e pela agricultura, e chamava para a cidade aqueles que a frequentavam, dando origem a um tipo de homem inadaptado enquanto estava no seu meio originário, e nem sempre de feliz adaptação ao meio citadino com que sonhava. Este desenraizamento era motivo de desorientação e de más

consequências para a sociedade. Começou-se a compreender que o caminho a seguir era outro; que a valorização do homem se opera não apenas quando assimila certo saber com mais ou menos latim, como era próprio da escola cidadina.

O homem valoriza-se quando se prepara para desenvolver as suas capacidades em meio conhecido e que as possa utilizar. E só assim se pode evitar o desenraizamento e as psicoses suas derivadas, o desdém pela vida provinciana e rural e por todas as profissões que constituem a base real da vida de um povo. Dadas estas terríveis consequências, começou a admitir-se que as populações rurais têm formas de vida próprias e diferentes das formas de vida das populações cidadinas, que mereciam ser respeitadas e não desprezadas em função de um erróneo critério de ordem cultural. À política cidadina, que dominou quase todo o século XIX, sucedeu uma política de base agrária ou rural, que pretende desenvolver e não extirpar o amor à vida agrícola.

Para tirar o melhor resultado desta nova orientação é necessário que a escola e respectivo ensino se adaptem às condições de vida próprias da população rural para desenvolver as capacidades úteis ao seu rendimento. Notou-se que as populações rurais, dado o seu contacto permanente com a natureza, além de outras características, são mais aptas para a acção do que para a abstracção especulativa ou teórica, que, ao contrário do homem cidadão, lhes interessam muito mais as coisas do que as palavras. O problema mereceu o maior cuidado ao primeiro ministro da Instrução Pública em Portugal, D. António da Costa, como o mostra a reforma do ensino primário de 1870.

Nessa altura, a questão tomava o aspecto de centralização ou descentralização do ensino primário e foi o ministro, grande defensor do ensino descentralizado e com fundo saber de pedagogo, que pretendeu adaptar a escola aos interesses económicos e possibilidades produtivas da população nacional. As suas ideias vingaram e fizeram época, como pode verificar-se com a lei de Rodrigues Sampaio e o regulamento publicado em 1881. Mas o ensino profissional já tinha história entre nós, e o Marquês de Pombal fez promulgar uma série de medidas tendentes à organização do ensino comercial. Com António Augusto de Aguiar, o ensino profissional desenvolveu-se e deu carácter às indústrias locais de várias terras do País, como, entre outras, Guimarães, Covilhã, Portalegre, Caldas da Rainha, Coimbra e Braga.

É interessante notar que, pela mesma época, foram criados museus industriais com carácter típico nessas regiões, que deveriam servir como exposição permanente das artes e ofícios da região e marcar os progressos feitos pelas indústrias locais. Tratava-se de um óptimo meio de propaganda entre os artífices, que servia a instrução prática, resumia de forma patente a história dessas indústrias e sugeria os progressos a realizar ao mesmo tempo que indicava o adiantamento já conseguido. Iniciativa que muito importaria fazer reviver.